



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
 Rua Luís Vaz de Camões, nº 111 - Bairro Vila Celina
 São Carlos-SP, CEP 13566-448
 (16) 3509-2400 - <http://hu-ufscar.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23763.001412/2020-92

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica para o Hospital Universitário da Universidade Federal de São Carlos (HU UFSCar), CNPJ 15.126.437/0022-78, para uso exclusivo em sua unidade consumidora, situada à Luiz Vaz de Camões, nº 111, Bairro Vila Celina, CEP: 13566-448, São Carlos-SP, coordenado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSE RH), conforme delegação de competências do artigo 1º da Portaria MEC n. 442, de 25 de abril de 2012.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade mensal	Quantidade anual
4120	Descrição: Energia elétrica - fornecimento mercado regulado	UN	1	12

1.2. O objeto tem a natureza de serviço comum.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. O prazo de vigência do contrato será indeterminado, conforme Art. 91, parágrafo único do REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA EBSE RH – RLCE, pois o item fornecido (energia elétrica) é essencial ao funcionamento, e sua demanda é contínua.

"Art. 91 Parágrafo único. É admitido prazo de vigência indeterminado nos contratos em que a **Ebserh seja usuária de serviços públicos essenciais de energia elétrica**, água e esgoto, dentre outros, assim como de serviços postais monopolizados pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e ajustes firmados com a Imprensa Nacional, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que justificam a adoção do prazo indeterminado e comprovadas, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários."

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação se dá em virtude do aumento da demanda devido às novas atividades institucionais que o hospital apresentou durante o ano de 2019, entre eles as áreas de CME, UTI e Centro cirúrgico.

2.3. Trata-se de serviço público essencial, prestado por concessionária, de natureza contínua e indispensável à prestação de serviços de assistência à saúde e de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, finalidade desta Administração.

2.4. A contratação de empresa para o fornecimento de energia elétrica para o hospital visa a atender as necessidades dos servidores, profissionais, colaboradores, pacientes, residentes e demais frequentadores, sendo indispensável e obrigatória para permitir o funcionamento do mesmo, bem como para proporcionar execução das atividades para qual o hospital se propõe.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante dispensa de licitação.

4.2. Conforme o art. 29 da Lei nº 13.303/2016 e o art. 78 da RLC Ebserh, é dispensável a realização de licitação na situação de "contratação de concessionário, permissionário ou autorizado para fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou gás natural e de outras prestadoras de serviço público, segundo as normas da legislação específica, desde que o objeto do contrato tenha pertinência com o serviço público".

4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os requisitos de qualidade no atendimento ao consumidor estão estabelecidos na Resolução Normativa nº 414 de 09 de setembro de 2010 da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, não cabendo a contratante ao a contratada acrescentar ou suprimir itens da resolução

5.2. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste termo de referência

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.2. O serviço de fornecimento de energia elétrica para o grupo A (tensões iguais ou superiores a 2,3kV) é faturado de acordo com os valores de demanda (kW) e consumo (kWh), conforme o horário das leituras. Para o caso em tela, será adotada a modalidade tarifária horária verde, isto é, o emprego de tarifa única para a demanda de potência (R\$/kW); e para o consumo de energia (kWh): uma tarifa para o posto tarifário ponta (R\$/kWh) e uma tarifa para o posto tarifário fora de ponta (R\$/kWh).

6.3. A contratação, objeto deste Termo de Referência, deve obedecer a Resolução Normativa nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estabelece Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, além das Normas da CPFL Paulista, visando sempre à perfeita segurança, continuidade, desempenho e operacionalidade dos aparelhos, equipamentos, máquinas e sistemas.

6.4. A Contratada deve prestar o fornecimento de energia elétrica em condições técnicas satisfatórias, assegurando a qualidade de fornecimento, de acordo com os limites de variação de tensão estabelecidas pela ANEEL.

6.5. A energia elétrica deverá ser fornecida em **corrente alternada, trifásica, com frequência de 60 Hz (sessenta Hertz), na tensão nominal de 11.900 (onze mil e noventa e seis) Volts.**

6.6. O ponto de entrega, conexão do sistema elétrico da distribuidora com a unidade consumidora, situa-se na **Rua Luiz Vaz de Camões, número 69, instalação número 39186881**, no limite da via pública com a propriedade onde está localizada a unidade consumidora.

6.7. As tarifas a serem aplicadas, bem como as tarifas de ultrapassagem, serão as homologadas pela ANEEL, válidas para a área de concessão da Contratada, com os ajustes previstos na legislação aplicável.

6.8. De acordo com o nível de tensão, a unidade consumidora está classificada no **subgrupo tarifário A4**. A classe tarifária deverá ser **Poder Público** e subclasse **Poder Público Federal**, de acordo com o art. 5 da Resolução Normativa nº 414/2010 da ANEEL.

6.9. A modalidade tarifária optada será a **Horossazonal Verde**.

6.10. Para o aumento de demanda a Contratada colocará a disposição da Contratante a **Demanda Contratada de 241 kW (duzentos e quarenta e um)**, sendo a tolerância de ultrapassagem de demanda de 5% (cinco por cento), conforme art. 93 da Resolução Normativa nº 414/2010 da ANEEL.

6.11. Os trâmites para a solicitação de aumento de carga, deverão ser realizado no sistema da concessionária, estabelecendo as normas técnicas da concessionária. No caso de atualização de projeto este deverá ser realizado no sistema de projetos da concessionária.

6.12. **NECESSIDADE DE EXECUÇÃO DE OBRAS**

6.13. A concessionária, através do documento Carta Contrato nº: 136814, SEI nº 15574652, verificou a necessidade de obras de conexão da unidade consumidora ao sistema de distribuição, para fornecimento de energia elétrica ao hospital.

6.14. Para a execução da referida obra e conforme a Resolução Normativa ANEEL no 414 de 09 de setembro de 2010, a obra pode ser executada tanto pela DISTRIBUIDORA como pelo próprio HU por meio de empresa contratada diretamente por ele. A DISTRIBUIDORA, no documento CONTRATO DE OBRAS DE CONEXÃO E DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA Contrato: 0459204291/2021, documento SEI nº 15727833, serviço de ATENDIMENTO BT/MT - OUTROS TIPOS DE OBRA (SUBSTITUIÇÃO DE ELO FUSIVEL POR LÂMINA DESLIGADORA), forneceu o orçamento da obra caso seja executada por ela. A formalização da escolha por uma dessas opções deve-se conforme a seguir.

6.14.1. EXECUÇÃO PELA DISTRIBUIDORA: Nesta opção, "O contratante está ciente de que poderia contratar a elaboração do projeto da obra e sua respectiva construção com terceiros, mas, por vontade própria, independentemente de qualquer tipo de coação, preferiu, por interesse particular, contratar a DISTRIBUIDORA para os serviços que são objetos do presente contrato". A manifestação formaliza-se por meio do encaminhamento à DISTRIBUIDORA, do Contrato de Obras com Participação Financeira do Cliente.

6.14.1.1. Caso se caracterize a manifestação do HU pela opção de execução das respectivas obras pela a Distribuidora, o custo das obras na rede de distribuição informado é de responsabilidade do CLIENTE e da DISTRIBUIDORA conforme Resolução Normativa nº 414/ANEEL, de 09/09/2010 que estabelece a metodologia e critérios para cálculo do Encargo de Responsabilidade da Distribuidora - ERD e da Participação Financeira do Consumidor - PFC.

6.14.1.2. A Participação financeira do cliente (PFC) no valor do custo da obra necessária ao atendimento da sua solicitação foi igual a zero. Desta forma optou-se pela execução pela distribuidora.

6.14.2. EXECUÇÃO POR MEIO DE EMPRESA CONTRATADA DIRETAMENTE PELO CONSUMIDOR. A manifestação desta opção se dá por meio do preenchimento e encaminhamento a esta DISTRIBUIDORA do "TERMO DE OPÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRAS COM EMPRESA CONTRATADA PELO CONSUMIDOR", documento SEI nº 15574652, dentro do prazo informado para essa providência. As informações e orientações que regularão todas as tratativas técnicas e comerciais envolvidas nessa forma de execução encontram-se na Norma Técnica - NT "Construção de Redes Por Terceiros - Nº 14186" disponibilizada no site da DISTRIBUIDORA.

6.14.2.1. Caso optado as novas contratações seriam precedidas de licitação, ressalvado o disposto no art. 8º e os casos de dispensa e inexigibilidade, conforme estabelecido pela RLC EBSEH.

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

7.1. Dos atores que participarão da gestão de contrato:

7.1.1. Gestor do Contrato;

7.1.2. Fiscalização Técnica;

7.1.3. Os atores acima mencionados poderão ser alterados, a critério da Contratante ou por impossibilidade destes na permanência da função, por meio de Portaria de nomeação específica.

7.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada será realizada: por meio eletrônico, via e-mail; por telefone e via correspondência.

7.3. As metas de continuidade definidas serão aquelas aprovadas pela ANEEL, e informados mensalmente na fatura de energia elétrica;

7.4. As sanções e respectivos procedimentos para aplicação estão previstos neste Termo de Referência, no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e na Instrução Normativa nº 05 de 2017.

7.5. Os critérios de pagamento estão previstos neste Termo de Referência.

8. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 8.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.8. Cientificar o setor responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no termo, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 9.3. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.4. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 9.5. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 9.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa;
- 9.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 9.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.10. Garantir o fornecimento de energia elétrica durante 24 horas por dia e 365 dias por ano;
- 9.11. Deverá manter, diariamente, serviços de emergência para atendimento imediato de chamados para normalização do fornecimento, inclusive nos sábados, domingos e feriados;
- 9.12. A CONTRATADA deverá atender, com presteza e pontualidade, a qualquer chamado da CONTRATANTE.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 101 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 110 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

12.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

12.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

12.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

12.15. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura ocorrerá após a concessionária realizar a leitura do consumo através da verificação no medidor instalado na unidade consumidora (CONTRATANTE).

13.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

13.2.0.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

13.2.0.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.2.0.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

13.3. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

13.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo de vencimento indicado na fatura emitida pela CONTRATADA, através de ordem bancária, de acordo com as exigências administrativas em vigor.

14.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 8/2017.

14.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.4. Antes do pagamento, o Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

14.4.1. Serão efetuadas as seguintes consultas:

14.4.2. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;

14.4.3. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;

14.4.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 14.4.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
- 14.4.6. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 14.4.7. Certidão Negativa de Inidôneos – TCU.
- 14.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 14.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 14.8. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 14.9. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 14.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 14.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 14.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, quando couber:

15. REAJUSTE

- 15.1. Os preços serão reajustados de acordo com as tarifas de energia elétricas vigentes e estabelecidas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

16. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 16.2. Considerando os estudos preliminares e as análise de risco da contratação não será necessário a garantia devido ao modelo contratual adotado entre concessionária e administração.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a EBSERH poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 17.1.1. Advertência;
- 17.1.2. Multas de:
- 17.1.2.1. até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato/empenho, no caso de inexecução total do objeto
- 17.1.2.1.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
- 17.1.2.2. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo.
- 17.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EBSERH, por prazo não superior a 2 (dois)anos.

17.1.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Ebserh ou cobrada judicialmente

17.2. As sanções de advertência e suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

17.3. Poderá ser emitida pela contratante GRU – Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela contratada.

17.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EBSERH poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

17.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a EBSERH em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

17.4.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.4.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

17.4.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

17.4.8. Não mantiver a proposta;

17.4.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.4.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

17.5. O HU-UFSCar/EBSERH informará os dados relativos às sanções por ela aplicada aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/13, bem como no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e	04

	por unidade de atendimento;	
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
4	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

18.1. Não se aplica, pois a concessionária de energia (CPFL paulista) é a única fornecedora de energia disponível no mercado cativo na cidade de São Carlos.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

19.1. O custo estimado para a aquisição dos serviços tem caráter sigiloso, conforme disposto no Art. 34 da Lei 13.303/2016 e no art. 13 do Regulamento de Licitações e Contrato da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH.

19.2. Os valores unitários estimados estarão sujeitos a reajustes anuais e revisões periódicas, ou ainda a revisões extraordinárias, durante a vigência contratual, por determinação da ANEEL, aplicada a legislação tarifária do setor elétrico.

19.3. O detalhamento da pesquisa de preço encontra-se no Estudo Técnico Preliminares

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

20.1. As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral da União para o exercício referente ao orçamento do HU-UFSCar/EBSERH.

21. RESCISÃO

21.1. A rescisão do Contrato se dará de acordo com a Regulamento de Licitações e Contratos EBSERH, Título IV, Capítulo III, seção II, Art.115 e 116.

22. RESPONSABILIDADE PELO TERMO DE REFERÊNCIA

São Carlos/SP, (data da assinatura eletrônica).

(assinado eletronicamente)

Leandro Augusto Lopes Azeka

Chefe do Setor de Infraestrutura Física

SIF/DLIH/GAD/HU-UFSCar

(assinado eletronicamente)

Fabio Leme Lucenti

Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar

DLIH/GAD/HU-UFSCar

(assinado eletronicamente)

Felipe Cunha Pereira

Chefe do Setor de Administração

SAD/DAF/GAD/HU-UFScar

De acordo com a fundamentação apresentada, aprovo o PROJETO BÁSICO. Encaminhe-se à Unidade de Compras e Contratos para seguir com os demais trâmites necessários.

São Carlos/SP, (data da assinatura eletrônica).

Gilberto Taboga

Gerente Administrativo

GAD/HU-UFScar



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Augusto Lopes Azeka, Chefe de Setor**, em 18/10/2021, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Taboga, Gerente**, em 18/10/2021, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Leme Lucenti, Chefe de Divisão**, em 18/10/2021, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16881211** e o código CRC **607EA8A5**.

Referência: Processo nº 23763.001412/2020-92 SEI nº 16881211